

ENTRE O DIVINO E O PROFANO: a visão da Igreja Católica sobre economia contemporânea¹

Paulo Gregoreki²

RESUMO: O trabalho analisa as concepções de economia da Igreja católica através dos principais documentos produzidos pelos papas no último século. Centrando a análise nesses documentos procuramos delimitar a visão geral que a Igreja Católica Apostólica Romana construiu em seu discurso papal e que guarda em si a legitimação de uma ideologia que transição entre “ler” o mundo e condicioná-lo a seus dogmas e doutrina sem perder o horizonte de expectativas na manutenção de seu poder.

Palavras-chave: Encíclicas papais; Igreja Católica; economia.

BETWEEN THE DIVINE AND THE UNHOLY: the vision of the Catholic Church on the contemporary economy

ABSTRACT: This articule analyse the Economy in the point of view of the Catholic Church, using the principals documents written by the popes in the last century. In the center of this documents we tried to delimit how the Roman Apostolic Catholic Church constructed the papal speech that maintain the legitimation between “read” the world and conditionate it under the dogmas and doctrine whitout lose the perspective of maintenance of this power.

Key-words: Papal encyclicals; Catholic Church; economy.

A RERUM NOVARUM (1891) E A IGREJA CATÓLICA CONTEMPORÂNEA.

A carta encíclica *Rerum Novarum* (1891) do Papa Leão XIII sobre a condição dos operários, ao longo dos tempos mereceu atenção e análise de vários pensadores dentro e fora da esfera eclesial. Ela aparece num momento conturbado da história da humanidade: na primeira revolução industrial. Ela, a encíclica leonina, será base para o discurso da Igreja Católica na modernidade. O Papa em princípio coloca o problema em termos da perturbação que acontecia naquela época:

¹Este trabalho é versão modificada de pesquisa realizada no âmbito da pós-graduação Lato Sensu em História Econômica na Universidade do Oeste do Paraná. Agradeço ao orientador do trabalho Prof. Dr. Nilceu Jacob Deitos.

²Licenciado em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon-PR. Especialista em História Econômica pela UNIOESTE, campus Toledo-PR. Mestrando em História pela Universidade Jaguelônica, da Cracóvia - Polônia. E-mail: pgregoreki@gmail.com.

“O problema nem é fácil de resolver, nem isento de perigos. E difícil, efetivamente, precisar com exatidão os direitos e os deveres que devem ao mesmo tempo reger a riqueza e o proletariado, o capital e o trabalho. Por outro lado, o problema não é sem perigos, porque não poucas vezes homens turbulentos e astuciosos procuram desvirtuar-lhe o sentido e aproveitam-no para excitar as multidões e fomentar desordens”.

O Papa Leão XIII coloca que uma perturbação ocorria justamente no fim das corporações antigas que acabaram por deixar o proletariado que surgia a mercê da exploração do trabalho pelos proprietários e pelos usurários tão rechaçados pela Igreja. Leão XIII vê o socialismo não como um atenuante da problemática apresentada na época, mas sim mais uma ideologia que viria a servir para a exploração de um Estado centralizado. Deixa claro sua visão de propriedade privada:

“Portanto, se, reduzindo as suas despesas, chegou a fazer algumas economias, e se, para assegurar a sua conservação, as emprega, por exemplo, num campo, torna-se evidente que esse campo não é outra coisa senão o salário transformado[...] Assim, esta conversão da propriedade particular em propriedade coletiva, tão preconizada pelo socialismo, não teria outro efeito senão tornar a situação dos operários mais precária”. (*Rerum Novarum* – 1891).

Ainda no sexto tópico coloca:

“Substituindo a providência paterna pela providência do Estado, os socialistas vão contra a justiça natural e quebram os laços da família... além da injustiça do seu sistema, vêm-se bem todas as suas funestas consequências, a perturbação em todas as classes da sociedade, uma odiosa e insuportável servidão para todos os cidadãos,... enfim, em lugar dessa igualdade tão sonhada, a igualdade na nudez, na indigência e na miséria”. (*Rerum Novarum* – 1891).

Outro autor, que explicita uma visão sobre isto é o Pe. Leonel Franca. Para ilustrarmos a opinião dele tiramos um trecho de seu artigo *Relações entre Igreja e Estado*:

“O liberalismo reduz o Estado ao papel de gendarme e entrega a sorte dos indivíduos ao entrechoque das liberdades. O estatismo ou totalitarismo diviniza o Estado, desconhece a dignidade do homem e entrega-o indefeso a todas as arbitrariedades do poder. A doutrina cristã reconhece ao Estado a sua origem natural, isto é, divina; aponta-lhe a missão elevada de defender e desenvolver a personalidade humana; equilibra a autoridade e a liberdade: traçando limites à soberania e defendendo os direitos invioláveis do indivíduo; realiza harmonia e o equilíbrio” (FRANCA, 2009, p. 6).

Na terceira página da *Rerum Novarum* (1891) temos, aquilo que expressa uma visão da sobre a propriedade privada: “Não se oponha também à legitimidade da propriedade particular o fato de que Deus concedeu a terra a todo o gênero humano para a gozar, porque

Deus não a concedeu aos homens para que a dominassem confusamente todos juntos”. Vem colocar ainda na quarta pagina da *Rerum Novarum* (1891) baseando-se na Bíblia:

“A autoridade das leis divinas vem pôr-lhe o seu selo, proibindo, sob pena gravíssima, até mesmo o desejo do que pertence aos outros: «Não desejarás a mulher do teu próximo, nem a sua casa, nem o seu campo, nem o seu boi, nem a sua serva, nem o seu jumento, nem coisa alguma que lhe pertença”. (Deuteronômio 5,21).

Sobre a família e o Estado o autor da *Rerum Novarum* (1891) coloca: “ Querer, pois, que o poder civil invada arbitrariamente o santuário da família, é um erro grave e funesto”. É a partir da sexta pagina da *Rerum Novarum* (1891) que o autor colocará a visão de que necessita de uma espécie de contrato social, pois segundo o mesmo:

“contra a natureza todos os esforços são vãos. Foi ela, realmente, que estabeleceu entre os homens diferenças tão múltiplas como profundas; diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de força; diferenças necessárias, de onde nasce espontaneamente a desigualdade das condições.”

Ele também discute a questão das classes dentro da *Rerum Novarum* (1891):

“O erro capital na questão presente é crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra, como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres para se combaterem mutuamente num duelo obstinado. Isto é uma aberração tal, que é necessário colocar a verdade numa doutrina contrariamente oposta, porque, assim como no corpo humano os membros, apesar da sua diversidade, se adaptam maravilhosamente uns aos outros, de modo que formam um todo exatamente proporcionado e que se poderá chamar simétrico, assim também, na sociedade, as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio. Elas têm imperiosa necessidade uma da outra: não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital”.

A partir de então o Papa Leão XIII na *Rerum Novarum* (1891) irá determinar as bases da relação patrão-empregado: “deve fornecer integral e fielmente todo o trabalho a que se comprometeu por contrato livre e conforme a equidade; não deve lesar o seu patrão”. E sobre como os patrões devem agir ele escreve:

“Quanto aos ricos e aos patrões, não devem tratar o operário como escravo, mas respeitar nele a dignidade do homem, realçada ainda pela do Cristo. O trabalho do corpo, pelo testemunho comum da razão e da filosofia cristã, longe de ser um objeto de vergonha, honra o homem, porque lhe fornece um nobre meio de sustentar a sua vida”. *Rerum Novarum* (1891).

Ele acaba colocando em pauta também o salário e de como ele deve ser dirigido a fim de que satisfaça as necessidades dos empregados: “Enfim, os ricos devem precaver-se religiosamente de todo o ato violento, toda a fraude, toda a manobra usurária que seja de

natureza a atentar contra a economia do pobre, e isto mais ainda, porque este é menos apto para defender-se, e porque os seus haveres, por serem de mínima importância, revestem um caráter mais sagrado”. Sobre a propriedade escreveu ele: “A propriedade particular, já o dissemos mais acima, é de direito natural para o homem: o exercício deste direito é coisa não só permitida, sobretudo a quem vive em sociedade, mas ainda absolutamente necessária”. *Rerum Novarum* (1891). Nas próximas páginas, ele procura explicar como a Igreja Católica foi se colocando no seio das sociedades a partir da criação de meios de assistência às comunidades necessitadas. E chega então no ponto sobre o Estado. Ele nos diz:

“Ora, que parte de ação e de remédio temos nós o direito de esperar do Estado? Diremos, primeiro, que por Estado entendemos aqui, não tal governo estabelecido entre tal povo em particular, mas todo o governo que corresponde aos preceitos da razão natural”. *Rerum Novarum* (1891).

E prossegue:

“a prática e o respeito da justiça, uma imposição moderada e uma repartição equitativa dos encargos públicos, o progresso da indústria e, do comércio, uma agricultura florescente e outros elementos, se os há, do mesmo gênero: todas as coisas que se não podem aperfeiçoar, sem fazer subir outro tanto a vida e a felicidade dos cidadãos. Assim como, pois, por todos estes meios, o Estado pode tornar-se útil às outras classes, assim também pode melhorar muitíssima a sorte da classe operária, e isto em todo o rigor do seu direito, e sem ter a temer a censura de ingerência; porque, em virtude mesmo do seu ofício, o Estado deve servir o interesse comum”. *Rerum Novarum* (1891).

Ainda:

“E por isso que, entre os graves e numerosos deveres dos governantes que querem prover, como convém, ao público, o principal dever, que domina todos os outros, consiste em cuidar igualmente de todas as classes de cidadãos, observando rigorosamente as leis da justiça, chamada distributiva.”

Nesse sentido o problema do governo se torna fundamental. Sobre a classe dos governantes a *Rerum Novarum* (1891) nos diz:

“Sem dúvida são necessários homens que governem, que façam leis, que administrem justiça, que, enfim, por seus conselhos ou por via da autoridade, administrem os negócios da paz e as coisas da guerra. Sem dúvida são necessários homens que governem, que façam leis, que administrem justiça, que, enfim, por seus conselhos ou por via da autoridade, administrem os negócios da paz e as coisas da guerra. Que estes homens devam ter a proeminência em toda a sociedade e ocupar nela o primeiro lugar, ninguém o pode duvidar, pois eles trabalham diretamente para o bem comum e duma maneira tão excelente”.

E sobre os industriais ele irá pontuar que: “Os homens que, pelo contrário, se aplicam às coisas da indústria, não podem concorrer para este bem comum nem na mesma medida,

nem pelas mesmas vias; mas, entretanto, também eles, ainda que de maneira menos direta, servem muitíssimo os interesses da sociedade”. Ainda no que diz respeito ao Estado a *Rerum Novarum* (1891) nos traz:

porque, de direito natural, o governo não deve visar só os interesses daqueles que têm o poder nas mãos, mas ainda o bem dos que lhe estão submetidos. Tal é o ensino da filosofia, não menos que da fé cristã. Os direitos, em que eles se encontram, devem ser religiosamente respeitados, e o Estado deve assegurá-los a todos os cidadãos, prevenindo ou vingando a sua violação. Todavia, na proteção dos direitos particulares, deve preocupar-se, de maneira especial, dos fracos e dos indigentes”. E adiante na mesma temos: “Que o Estado se faça, pois, sob um particularíssimo título, a providência dos trabalhadores, que em geral pertencem à classe pobre.”

Durante o período em que estava sendo escrita a *Rerum Novarum* (1891), como sabemos, iniciavam-se dentro das fábricas os processos de greve e sobre isto ele ira dizer:

O trabalho muito prolongado e pesado e uma retribuição mesquinha dão, não poucas vezes, aos operários ocasião de greves. É preciso que o Estado ponha cobro a esta desordem grave e freqüente, porque estas greves causam dano não só aos patrões e aos mesmos operários, mas também ao comércio e aos interesses comuns; e em razão das violências e tumultos, a que de ordinário dão ocasião, põem muitas vezes em risco a tranqüilidade pública. O remédio, portanto, nesta parte, mais eficaz e salutar é prevenir o mal com a autoridade das leis” (sic.).

E na continuação da mesma *Rerum Novarum* ele colocara em pauta os direitos do trabalhador quanto ao descanso. Ele ira elencar pontos nos quais ele deixará claro que alguns trabalhos devem ter menos tempo de duração devido a intensidade e a forma nociva ao corpo que eles têm. Também delimita o papel da mulher e da criança colocando que:

Especialmente a infância — e isto devem ser estritamente observado — não deve entrar na oficina senão quando a sua idade tenha suficientemente desenvolvido nela as forças físicas, intelectuais e morais: de contrário, como uma planta ainda tenra, ver-se-á murchar com um trabalho demasiado precoce, e dar-se-á cabo da sua educação.

Percebemos então como a *Rerum Novarum* (1891) ultrapassa os limites interno de regras da Igreja Católica mas estipula um conjunto de regras que poderia reger uma sociedade qualquer. E sobre o salário nos diz: “Efetivamente, conservar a existência é um dever imposto a todos os homens e ao qual se não podem subtrair sem crime. Deste dever nasce necessariamente o direito de procurar as coisas necessárias à subsistência, e que o pobre as não procure senão mediante o salário do seu trabalho.” E mais adiante aborda a questão do

imigrante da seguinte forma: “[...] ninguém, com efeito, quererá trocar por uma região estrangeira a sua pátria e a sua terra natal, se nesta encontrasse os meios de levar uma vida mais tolerável”. Mais adiante ele acaba por colocar em pauta a questão dos impostos que segundo ele “[...] é que a propriedade particular não seja esgotada por um excesso de encargos e de impostos. Não é das leis humanas, mas da natureza, que emana o direito de propriedade individual; [...]”.

Num outro momento o autor irá discutir a participação das entidades particulares dentro da sociedade. Fica claro que para o autor o Estado deve respeitar a existência destas entidades, pois elas são espaços importantes para a socialização do indivíduo. E ele estipula o limite de ação destas entidades: “Se uma sociedade, em virtude mesmo dos seus estatutos orgânicos, trabalhasse para um fim em oposição flagrante com a probidade, com a justiça, com a segurança do Estado, os poderes públicos teriam o direito de lhe impedir a formação, ou o direito de a dissolver, se já estivesse formada”. Como vimos aqui a *Rerum Novatum* é sem dúvida a base para a doutrina social contemporânea da Igreja. Com a carta nós temos lançadas as bases que nortearam de alguma forma o espectro das discussões sobre a dinâmica econômica dentro da Igreja Católica. Passemos a outro momento fundamental nessa evolução.

LABOREM EXERCENS (1981): diálogo com passo e projeções de futuro.

É importante aqui abirmos para uma outra análise de outra encíclica: João Paulo II Carta encíclica *Laborem Exercens* (1981). Essa carta tende a fazer um diálogo nos 90 anos do *Rerum Novarum* colocando desde as primeiras paginas como o próprio autor diz “em relevo” a questão social do trabalho. A principio busca na Bíblia mais precisamente para colocar que o trabalho do homem é reflexo da ação do Grande arquiteto no universo. Nas próximas páginas coloca-se em pauta a questão da técnica. Num primeiro momento a exalta, pois segundo o próprio autor ela é que facilita o trabalho e a sua reprodução. Num segundo momento convida a reflexão sobre a técnica e industrialização. Define técnica como, “conjunto de meios que o homem se serve no próprio trabalho”. Não esqueçamos que com o desenvolvimento das técnicas que foi possível uma maior divisão do trabalho. Coloca sobre a questão de que com a técnica se substituiu a mão de obra também tirando o gosto pela criatividade, colocando a questão do desempregado vitimado pela própria técnica.

Coloca também em pauta a discussão do trabalho ao longo dos séculos citando a escravidão, o não trabalho dos considerados “livres”. Coloca-se, assim, em pauta as mudanças

deste pensamento e ainda diz: “o primeiro fundamento do valor do trabalho é o mesmo homem o sujeito”. Sobre o trabalho traz a reflexão o problema de como coloca o autor: “o perigo de tratar o trabalho como mercadoria.” Também acenando para a questão sobre o capitalismo e o que o autor julga um erro dentro dele pois o capitalismo julga o homem na relação do trabalho como qualquer outro bem material quando deveria ser a finalidade da produção. Ainda, o autor coloca que mesmo com as buscas de ideologias de modificar ou de novas relações sociais, mesmo muitas vezes modificando algo, continuaram a deixar certas injustiças perdurarem quando não criaram novas. Ele também dá destaque à proletarização da inteligência. Coloca em debate a questão dos diplomados e de que eles acabam tornando-se mais uma classe. Coloca citando a passagem da bíblia do Gênesis (1,26) sobre o trabalho a questão do domínio do homem sobre a terra através do trabalho.

Ele também diz: “o trabalho é um bem do homem, um bem de sua humanidade porque, mediante o trabalho, o homem somente transforma a natureza, adaptando-a as suas próprias necessidades, mas também se realiza a si mesmo...”. Também aparece aqui a discussão de como o trabalho pode tornar-se inimigo do homem nos casos de campos de trabalhos forçados, ou de como o trabalho pode servir de opressão. A partir de um determinado momento do texto surge a questão trabalho x capital aonde começa a discorrer sobre o mundo dos patrões e o mundo dos operários dando início aquilo que o autor colocou como luta de classe programada que são colocadas como a ideologia do liberalismo e do chamado marxismo já tão batido nas rodas intelectuais. Salienta a questão do trabalho e como ele deve transformar os recursos naturais através da técnica em algo que facilite a vida do ser humano sobre a terra pois o capital, como maquinários, por exemplo que serve para o trabalho como diz o autor,” tudo aquilo que no estado atual da técnica, constitui dele <instrumento> cada dia mais aperfeiçoado, é fruto do mesmo trabalho.” Coloca-se na página 32 que existe uma espécie de primado do homem sobre as coisas e que mesmo naqueles trabalhos que não há necessidade de uma especialização particular e necessária esta visão. Ainda na mesma pagina afirma:

[...] não se podem separar capital do trabalho[...]. Pois como acabamos percebendo e como e colocado pelo próprio autor o homem “tem um duplo patrimônio” um patrimônio natural e o outro patrimônio são os das técnicas já elaboradas e passíveis de atualização”.

Então o documento discorre sobre a mesma questão nas paginas seguintes discorrendo sobre o materialismo dialético e colocando que mesmo ai o homem não tem a primazia sobre

os fatores materiais e sim o homem como o autor coloca e uma “” resultante das relações econômicas [...]”. Podemos aqui fazer paralelos entre a *Rerum Novarum* e *Mater et Magistra*, demonstrando a posição da igreja católica colocando que para ela a propriedade privada não pode ser meia para que haja diferença social, e que os meios de produção devem estar a serviço do trabalho de todos. Critica o Estado como gerente dos meios de produção, pois na visão do autor o que acontece é apenas a mudança dos bens de produção de mãos, o estado e um grupo diferente do privado, mas ainda assim é um grupo. Aborda ainda o tema das outras paginas mas com um pouco mais de especificidade discutindo sobre o trabalhador e a sua consciência pois para o autor este encontra-se dissociado da consciência do seu trabalho em sistemas burocráticos coletivizantes. O autor coloca que o homem deve trabalhar por própria vontade e não ser apenas mais uma peça na engrenagem burocrática totalizante.

A Carta encíclica *Laborem Exercens* de João Paulo II (1981) começa após a discutir os pontos em relação ao dever de trabalhar. Para o autor o homem deve trabalhar para construir a segurança para si e para as sociedades vindouras. Após isso a partir procura explicar aquilo que chama de dador de trabalho indireto e direto. Sobre o indireto discorre: “entram as pessoas, as instituições de diversos tipos, bem como os contratos de trabalho, e os princípios de comportamento”. Como pontua mais a frente este não se exime da responsabilidade, mesmo sendo indireta para com as pessoas, entra nessa esfera o próprio Estado que para ele deve conduzir a política do trabalho. Ai começa a criticar as ações dos Estados mais desenvolvidos na relação produtos industrializados x matérias-primas.

Ai coloca sobre a disposição dos altos preços dos produtos industrializados aos custos baixíssimos das matérias primas. Isso faz com que aquele chamado dador direto, pois este participante do sistema procurando atingir o máximo de lucro ira decretar as condições de trabalho, muitas vezes as piores possíveis, para que se possa conseguir o lucro, explorando o máximo dos trabalhadores em condições insalubres. Acaba por convidar as organizações influentes como a ONU (Organização das Nações Unidas) e a FAO (Food and Agriculture Organization of Union Nations), para pensarem a economia das nações. Coloca o desemprego como um mal a ser combatido, já que: “O progresso de que se fala aqui deve ser promovido pelo homem e para o homem[...]”. Demonstra o autor preocupação com o desemprego como um fator que acarreta as disparidades sociais. Põe em pauta o salário justo como meio concreto de conseguir os bens sendo eles naturais ou vindos de produção. Autor coloca que um salário justo para uma família é aquele que “é suficiente para fundar e manter dignamente uma família”. Coloca como justo o auxilio a trabalhadores em acidentes de trabalho,

aposentadorias etc. A partir daí começa a discutir a importância dos sindicatos. Fala que os sindicatos são pontos de convergência dos interesses da classe trabalhadora.

Porém, os sindicatos segundo o autor não podem cair no pensamento da luta de classes pois aí o sindicato deixa de ser expoente dela a “luta pela justiça social”. Para o autor os sindicatos: “não tem caráter de partidos políticos que lutam pelo poder, e também não deveriam nunca estar submetidos as decisões de partidos políticos[...]”. Coloca como importantes as ações, os programas juntos as escolas que melhorem as condições através do conhecimento para a classe trabalhadora. Também coloca como legítimo o direito a greve. Nas paginas seguintes coloca em pauta o trabalho agrícola. Condena o latifúndio. Condena o êxodo que leva o camponês rumo às cidades ocasionando o inchamento das favelas. Ressalta o trabalho extenuante do homem do campo e de que recebe muito menos que um trabalhador da cidade sendo que muitas vezes a sua jornada de trabalho é maior.

O documento papal ainda critica o sistema nos países desenvolvidos que nega o direito do agricultor a associação para melhorar o padrão de vida. Ressalta aquilo que muitas vezes ocorre sendo o colono colocado como um marginalizado frente a sociedade. Isso se deve ao fato de que os agricultores muitas vezes não são escutados nas questões referentes ao trabalho. Nas próximas paginas o Papa João Paulo II na *Laborem Exercens* (1981) discute a questão do especial frente ao trabalho, sem duvida o trecho que melhor define o pensamento do autor é:” [...] que seja proporcionado um trabalho às pessoas deficientes, segundo suas possibilidades[...]”. Para João Paulo II (*Laborem Exercens*, 1981) a contribuição deve ser feita no sentido de que esta pessoa sinta-se inserida na sociedade e de que dela possa participar.

Adiante discute a imigração. Para o autor o imigrante deve ter os mesmos direitos que aquele que é nato dentro de uma cultura que é buscada por este imigrante. Coloca a emigração como uma espécie de mal, pois a inteligência e os braços de um trabalhador são transferidos para outra sociedade porem este direito fica claro não pode ser negado. A conclusão temos, partindo para o lado religioso do trabalho colocando que é um desígnio de Deus e que o trabalho deve servir para melhorar a vida do homem sobre a terra. Coloca como o antigo testamento trás muitas referencias ao trabalho, e detém-se depois nas citações de Jesus o qual sempre usava de profissões em suas palavras, como semeador, agricultor, do amo do servo.

O próprio Jesus ressalta o autor era carpinteiro junto com seu pai José. Também salienta a visão de Jesus de que o trabalho deve ser para o homem colocando quão perigosas são as preocupações excessivas com o trabalho para o psicológico daquele que faz o trabalho.

Coloca o trabalho também sob o ponto do Gênesis aonde o homem devera tirar seu sustento a partir dele. Coloca sob a insígnia da cruz isto é mediante a fadiga de cada dia para que o homem participe da redenção da humanidade. “Se alguém não quer trabalhar que abstenha-se também de comer”. Já dizia Paulo (2ts 3,10). Nós percebemos portanto que adentramos nas questões relacionadas a justiça social. Para exemplificarmos como a Igreja vê a essas questões colocaremos um fragmento do *Catecismo da Igreja Católica* (2005):

“Como é que a sociedade assegura a justiça social? A sociedade assegura a justiça social quando respeita a dignidade e os direitos da pessoa, que constituem o seu próprio fim. Além disso, a sociedade procura a justiça social, que está conexas ao bem comum e ao exercício da autoridade, quando realiza as condições que permitam às associações e ao indivíduo obter aquilo a que têm direito. Em que se funda a igualdade entre os homens? homens gozam de igual dignidade e direitos fundamentais, uma vez que, criados à imagem do Deus único e dotados duma alma racional, têm a mesma natureza e origem e são chamados, em Cristo único salvador, à mesma bem-aventurança divina. Como avaliar a desigualdade entre os homens? Há iníquas desigualdades econômicas e sociais, que ferem milhões de seres humanos; elas estão em contradição aberta com o Evangelho, são contrárias à justiça, à dignidade das pessoas e à paz. Mas há também diferenças entre os homens, causadas por factores que fazem parte do plano de Deus. Com efeito, Ele quer que cada um receba dos outros aquilo de que precisa, e quer que os que dispõem de «talentos» partilhem com os outros. Tais diferenças estimulam e obrigam, muitas vezes, as pessoas à magnanimidade, à benevolência e à partilha, e incitam as culturas a enriquecerem-se umas às outras. Como se manifesta a solidariedade humana? A solidariedade, exigência da fraternidade humana e cristã, manifesta-se, em primeiro lugar, na justa repartição dos bens, equa na remuneração do trabalho e no esforço por uma ordem social mais justa”.

A seguir veremos algo sobre a obra de Meinvielle, *Concepção Católica da Economia* (1936) e como ele e a vê determinados pontos.

1) Dinheiro

A igreja define como dinheiro mercadoria com valor reconhecido de hipoteca, e que não deve definir o valor de todas as outras mercadorias, e sim ser representante de valor numa transação. Isso está expresso no livro de Meiville (1936). Dinheiro não pode ter valor em dinheiro e sim um correspondente em valor de algo que seja uma comoditie. Ex: ouro. Porém com o que vimos nos últimos tempos temos percebido que os lastros já não existem, são fluidos e principalmente assistimos ao efeito do dinheiro comprando dinheiro isto é comprando papéis, título, muitas vezes podres ocasionando por exemplo o que assistimos nos E.U.A a última crise imobiliária. A denúncia aqui vai em frente ao que comentamos acima, de que o aumento da riqueza tem sido em buscar aumentar a concentração de dinheiro e não no processamento e investimento de fato em novidades e o acesso a essas. A Igreja tem como

visão de que o dinheiro em vez de ser usado para a divulgação e distribuição de recursos, pelo contrário, transformou-se num meio de exclusão aonde ele, o dinheiro transforma-se como fim único e não como meio criando a concentração e travando a distribuição. Não há mecanismos para diminuir a pobreza e sim o que acontece é a tão denunciada usura.

2) A usura

É reconhecido ao longo dos anos de que a Igreja Católica sempre foi contra a acumulação a partir da usura. A Igreja parte do discurso de Aristóteles desde a época de Thomas de Aquino aonde ele deixa claro que a usura é uma espécie de crime contra a sociedade a partir de que a pessoa que pratica a usura não está a produzir trabalho de fato. É importante colocar aqui um trecho de um documento da Igreja Católica sobre usura: *O Lateran* 1 de 1139º, no cânone 13 nos diz: "Nós condenamos a insaciável rapacidade dos credores, a abominável e vergonhosa usura [...] como sendo contrária à lei divina e eu humana". O Papa Clemente V afirmava que aquele que dizia que usura não era pecado deveria ser punido como herege. Meinvielle (p. 38).

Para Bento XIV é ilícita a usura, pois toma o excedente de produção de uma outra pessoa. Para a Igreja o usurário tem uma dívida social, pois esse dinheiro deve ser usado para melhorar as condições de vida das pessoas. Essa condenação por parte teológica vem do Pentateuco, na lei mosaica. O que acontece hoje nas relações internacionais, citando aqui é claro o FMI (Fundo Monetário Internacional), é o que podemos chamar de usura. Temos de um lado países que detém o acesso aos bens de consumo, e do outro lado países que precisam justamente de uma alavanca para que sejam criadas possibilidades de produção de bens em larga escala para uma população.

O que acabamos assistindo hoje em dia é que em determinados momentos essas nações que necessitam desta alavanca, que é dinheiro, acabam caindo num ciclo de exploração, a qual podemos aqui considerar uma espécie de usura moderna, pois muitas vezes mesmo conseguindo ou tendo possibilidades de produzir bens acabam justamente não tirando benefício alguns deles, pois justamente a exploração do que podemos chamar de usura moderna cai justamente naquilo em que esta sendo produzido muitas vezes por determinada

comunidade, privando assim aquele que usou de um capital para produzir o direito ao uso daquilo que ele próprio produziu. Ai esta caracterizada a exploração dessa usura moderna. Ela priva, ela rouba, a partir do pretexto que a principio ela fez algo benéfico dando uma alavanca para a produção de certo bem. O que percebemos é claro que o que acontece é justamente o disparo de um gatilho, sob o pretexto de ter contribuído para a produção de algo, sentem-se no direito de privar aquele que produziu do produto ou de parcela dele. Meinvielle (1936) coloca a respeito que: “Na verdade, usura, até 1 / 2 por cento, é uma terrível injustiça, porque, sozinha, prescinde qualquer causa, tende a dividir automaticamente a humanidade em duas classes”.

Além, Meinvielle cita que Aristóteles também condenava a usura: “A forma [de obter riqueza] mais odiada, e com mais razão, é a usura, que lucra a partir do próprio dinheiro, e não de seu objeto. Pois o dinheiro foi criado para ser usado em permuta, mas não para aumentar com usura (...) logo, esta forma de ganhar dinheiro é de todas a mais contrária à natureza.” (Pol. I, 8-10.).

3) A terra.

Esse é um dos pontos onde o texto de Meinvielle (1936) nos interessa ao cruzarmos com os documentos da Igreja. Eles ilustram o quadro da expulsão dos camponeses para as cidades colocando que um dos efeitos para que uma crise se estabeleça é justamente o continuo deslocamento de pessoas do campo rumo à cidade, equitativa dentro do sistema capitalista. Não podemos nos esquecer que este tipo de pensamento não é novo e que ele aparece fortemente como exemplo no ciclo das imigrações dos europeus para o Brasil nos sécs. XVIII e XIX, pois muitos destes imigrantes mudam-se para o Brasil justamente por não aceitarem uma proletarização enraizada justamente nesta mentalidade.

Se na visão da Igreja não há lugar destaque dentro do sistema capitalista tampouco ele terá no sistema marxista, pois nos fica claro a visão de que se o sistema capitalista é a ditadura do burguês, o marxismo como ditadura do proletariado assim também não soluciona os problemas do camponês. Para ela (a Igreja) ambos capitalismo e socialismo são condenáveis, pois um coloca o trabalhador ou sob o sistema do salário-miséria e da concentração nas mãos de poucos e por outro lado há um sistema ditado pelo Estado privando o direito de ir e vir. Isto que dizer desconhece a diferença individual. Assim sendo vemos aqui

que a Igreja estipula que sim, é preciso que a propriedade seja privada. E para citamos um trecho no seu *QUADRAGÉSIMO ANNO* (1931):

“Todos (ou seja, Leão XIII e os teólogos ensinara guiados pelo Magistério da Igreja) declarou por unanimidade que o direito de propriedade privada foi dada pela sua natureza ou pelo próprio Criador, os homens, e para cada um poder abordar as necessidades e as suas famílias”.

Mas esta visão de propriedade privada só pode ser encarada no âmbito de pensamento de bem comum isto é, todos têm direito a propriedade. Pois se não pensarmos assim ocorrerá a ideia de que estamos falando de um direito absoluto de propriedade, o que não é posto aqui. Para a Igreja um erro está no que acontece nas propriedades que é justamente o de produzir para vender e não para se viver, isto seria um dos fatores para o empobrecimento do camponês. Pois este se tornou mais um refém do mercado especulativo.

É preciso colocar aqui que a partir dos anos 60 do séc. XX há uma nova mudança na visão da terra a partir do capitalismo. Adoção de políticas para uso racional dos recursos naturais não renováveis. Há também aí o aparecimento do temor do equilíbrio homem-natureza em reação a destruição dos bens naturais. Porém para muitos países o que acontece é o desequilíbrio da relação homem-natureza, pois o acúmulo de riquezas proporcionou um fenômeno contrário que é justamente o esgotamento de reservas naturais o que vem aqui corroborar de certa forma com o pensamento malthusiano o qual não discutiremos aqui.

Não podemos esquecer aqui do modelo de Meadows. Neste modelo de pensamento econômico surgido nos anos 70 mantendo-se a acelerada e exaustiva exploração das reservas nacionais a produção per capita declinara a partir das primeiras décadas do séc. XXI. A inanição e a redução demográficas são pontos previstos por este tipo de pensamento. Abandonando o puro cientificismo dessa afirmação acima colocamos que estas mortes foram previstas neste modelo nos anos 70! Estas mortes são causadas justamente pelo acúmulo não somente de riqueza, mas especificamente, neste caso, ao acesso aos alimentos e aos planos de saneamento básico e de saúde. Justamente porque ao se quebrar o equilíbrio do homem/terra o que acontece no momento atual é um novo processo de crescimento dos latifúndios se assim vós me deixais falar da terra. Aumentando o êxodo, aumentando a concentração de riquezas e de recursos naturais, criando assim uma massa de excluídos. Para melhor ilustrar isto colocaremos aqui um trecho retirado do Sínodo dos Bispos (1972):

“A esperança que se difundiu entre o gênero humano nestes últimos 25 anos – ou seja de que o crescimento econômico teria trazido consigo uma tão grande abundância de bens que permitiria aos pobres alimentarem-se com as migalhas caídas da mesa resultou vã nas regiões pouco desenvolvidas e entre aqueles que se achavam reduzidos a pobreza nas regiões mais ricas; e isto pelo incremento rápido das populações e do aumento da mão-de-obra; por causa da estagnação rural e da carência de reformas agrárias; por causa do movimento migratório generalizado para os centros urbanos, nos quais todavia as indústrias, se bem que dotadas de fortes capitais, oferecem postos de trabalho em número reduzido” (sic.).

Com isso percebemos o discurso colocado pela Igreja de que seriam necessárias medidas para que se evitasse o movimento migratório do homem do campo rumo as cidades onde ele fica a mercê do patrão.

O ESTADO, ECONOMIA, TEOLOGIA

Sobre o Estado para a Igreja a função do primeiro é promover o bem comum. Para a Igreja, longe de extinguir a propriedade privada o Estado deve é garantir o acesso das pessoas aos bens. Para a Igreja o trabalho do Estado é o de ajudar a organizar as pequenas e médias explorações agrícolas para que não sejam pura e simplesmente engolidas pelo latifúndio. Ainda ela demonstra que toda medida será inútil se o governo não barrar o braço forte do monopólio.

Ainda sobre, para a Igreja o Estado pode limitar a propriedade privada, de modo que todo núcleo familiar tenha um patrimônio. Ela também demonstra que isso poderá não ocorrer perfeitamente devido a agentes, por exemplo, no campo como os locatários e arrendatários. É importante vermos este pensamento, pois ele atenta de que é possível ocorrer justiça no sistema capitalista. Para a Igreja o Estado tem o poder da força justamente para que se busque o bem comum. Não esqueçamos que durante o século XV com suas bulas regulamentadoras a Igreja impôs dentro de seus territórios uma legislação aonde que aquele que praticava o monopólio e a usura era considerado como um criminoso contra a chamada justiça social. Tal pena era a excomunhão e também com o confisco dos bens.

Fica claro de que para a Igreja o Estado deve se encarregar de distribuir os bens, e também sugere uma forte regulação da propriedade privada, pois para ela a concentração da economia nas mãos de poucos e um crime de lesa-majestade contra a ordem social. Mesmo defendendo a propriedade privada a Igreja cobra com isso medidas do Estado que visem a diminuição da pobreza e do desemprego. Não podemos aqui deixar de citar o pensador capitalista Keynes. Para este o Estado deveria fazer parte do sistema, mas não substituir a

iniciativa privada. Isto é o Estado deve fazer investimentos complementares quando houver diminuição dos investimentos privados.

É por isso que Crisóstomo ao se referir a concentração de riquezas ilustrava: "Na raiz de todos as principais fortunas há injustiça, violência ou roubo". (Meinvielle,1936). Para a Igreja a função de uma empresa uma é justamente o de produzir bens que possam ser distribuídos para a sociedade. E também ela acaba por mostrar a questão das empresas e seus chamados serviços sociais aonde promovem uma imagem a partir da exploração dos trabalhadores. Segundo o pensamento da Igreja é preciso que se defina uma margem de lucro para os acionistas de uma empresa, e projeto a partir daí sim, envolver a empresa em projetos sociais e convidando o trabalhador a participar deles.

Como vimos também no texto de Meinvielle o Estado acaba por entrar no sistema de usura, pois, em muitos casos é o intermediador para os empréstimos do capital estrangeiro. O Estado, pois como vimos deve ter “opções políticas feitas- de um desenvolvimento que resulte ao mesmo tempo do incremento econômico e da participação; e também a necessidade do incremento de riquezas, que implica o progresso social de toda uma comunidade, superando os desequilíbrios regionais e as ilhas de prosperidade”. (Sínodo dos Bispos, 1972). Retomando pois a questão do estado frente a sociedade ele ira dizer a partir da encíclica de Bento XVI *Caritas in Veritate* (2009) que vem a principio colocar em pauta novamente os pontos discutidos na *Populorum progressio*(1967) Já no oitavo item de sua encíclica o Papa Paulo XVI coloca: “Passados outros vinte anos, exprimo a minha convicção de que a *Populorum progressio*(1967) merece ser considerada como « a *Rerum Novarum* da época contemporânea », que ilumina o caminho da humanidade em vias de unificação”. O seu texto de de Bento XVI prossegue colocando os pontos desta encíclica e o Papa colocara sua idéia sobre desenvolvimento: “A partilha dos bens e recursos, da qual deriva o autêntico desenvolvimento, não é assegurada pelo simples progresso técnico e por meras relações de conveniência” *Caritas in Veritate* (2009). Ou seja, não se deve colocar o desenvolvimento como uma espécie de ideologia a ponto de fé cega. Sobre a relação da Igreja com o Estado o Papa Bento XVI afirma:

“A Igreja não tem soluções técnicas para oferecer e não pretende « de modo algum imiscuir-se na política dos Estados; mas tem uma missão ao serviço da verdade para cumprir, em todo o tempo e contingência, a favor de uma sociedade à medida do homem, da sua dignidade, da sua vocação. A Igreja não tem soluções técnicas para oferecer e não pretende « de modo algum imiscuir-se na política dos Estados”’. (*Caritas in Veritate* - 2009).

Após isso ele nos colocara diante dos questionamentos feitos atualmente sobre o desenvolvimento das nações e suas aplicabilidades:

“A idéia de um mundo sem desenvolvimento exprime falta de confiança no homem e em Deus. Por conseguinte, é um grave erro desprezar as capacidades humanas de controlar os extravios do desenvolvimento ou mesmo ignorar que o homem está constitutivamente inclinado para « ser mais ».” *Caritas in Veritate* (2009).

Porém aponta ele neste mesmo item para o perigo de se combater o desenvolvimento como se ele fosse uma praga frente a humanidade: “Absolutizar ideologicamente o progresso técnico ou então afagar a utopia duma humanidade reconduzida ao estado originário da natureza são dois modos opostos de separar o progresso da sua apreciação moral e, conseqüentemente, da nossa responsabilidade”, *Caritas in Veritate* (2009). A encíclica abordara novamente aquilo que pela igreja é designado de bem comum, e de como o desenvolvimento deve ser favorável a ele, e para isto o Papa Bento XVI colocara, lembrando a encíclica *Populorum progressio*: “A verdade do desenvolvimento consiste na sua integralidade: se não é desenvolvimento do homem todo e de todo o homem, não é verdadeiro desenvolvimento. Esta é a mensagem central da *Populorum progressio*, válida hoje e sempre”. E ainda detendo-se no ponto do desenvolvimento ele diz:

“Paulo VI tinha uma visão articulada do desenvolvimento. Com o termo “desenvolvimento” queria indicar, antes de mais nada, o objetivo de fazer sair os povos da fome, da miséria, das doenças endêmicas e do analfabetismo. Isto significava, do ponto de vista econômico, a sua participação activa e em condições de igualdade no processo econômico internacional; do ponto de vista social, a sua evolução para sociedades instruídas e solidárias; do ponto de vista político, a consolidação de regimes democráticos capazes de assegurar a liberdade e a paz. Atualmente, o Estado encontra-se na situação de ter de enfrentar as limitações que são impostas à sua soberania pelo novo contexto econômico comercial e financeiro internacional, caracterizado nomeadamente por uma crescente mobilidade dos capitais financeiros e dos meios de produção materiais e imateriais. Este novo contexto alterou o poder político dos Estados”. *Caritas in Veritate* (2009).

Aqui fica clara aquela premissa de que capital não tem pátria definida logo muitos Estados estão a mercê dos investimentos das empresas e para onde eles se destinam. Ainda nesta questão do capital não ter pátria teremos colocada aqui em pauta novamente a questão da imigração que gera na opinião do Papa Bento XVI um ponto positivo: “A mobilidade laboral, associada à generalizada desregulamentação, constituiu um fenómeno importante, não

desprovido de aspectos positivos porque capaz de estimular a produção de nova riqueza e intercâmbio entre culturas diversas[...].” *Caritas in Veritate* (2009).

Ele abordara a questão da homogeneização a qual o sistema capitalista atual traz: “Depois, temos o perigo oposto que é constituído pelo nivelamento cultural e a homogeneização dos comportamentos e estilos de vida. Assim perde-se o significado profundo da cultura das diversas nações, das tradições dos vários povos” *Caritas in Veritate* (2009). Isto quer dizer que para participarem do jogo do sistema capitalista as nações deixam de lado suas peculiaridades culturais e acabam se homogeneizando. Independente do capital não ter uma pátria definida ele acaba por criar um sistema cultural o qual muitas vezes choca-se a princípio com culturas locais as quais vimos que em um determinado momento são englobadas por este sistema e acabam por transformar-se em apenas mais uma marca dentro do sistema capitalista.

Ainda sobre o Estado Bento XVI nos diz: “A vitória sobre o subdesenvolvimento exige que se atue não só sobre a melhoria das transações fundadas sobre o intercâmbio, nem apenas sobre as transferências das estruturas assistenciais de natureza pública, mas sobretudo sobre a progressiva abertura, em contexto mundial, para formas de atividade econômica caracterizadas por quotas de gratuidade e de comunhão”. *Caritas in Veritate* (2009).

Após esta discussão ele levantou outros pontos para que o desenvolvimento aconteça apontando primeiramente para a questão da alimentação:

“O problema da insegurança alimentar há-de ser enfrentado numa perspectiva a longo prazo, eliminando as causas estruturais que o provocam e promovendo o desenvolvimento agrícola dos países mais pobres por meio de investimentos em infra-estruturas rurais, sistemas de irrigação, transportes, organização dos mercados, formação e difusão de técnicas agrícolas apropriadas, isto é, capazes de utilizar o melhor possível os recursos humanos, naturais e socioeconômicos mais acessíveis a nível local, para garantir a sua manutenção a longo prazo.” *Caritas in Veritate* (2009).

E acaba colocando as potencias como responsáveis por guiarem as sociedades a um novo momento na humanidade:

“Os povos ricos, cultivando a abertura à vida, podem compreender melhor as necessidades dos países pobres, evitar o emprego de enormes recursos econômicos e intelectuais para satisfazer desejos egoístas dos próprios cidadãos e promover, ao invés, ações virtuosas na perspectiva duma produção moralmente sadia e solidária, no respeito do direito fundamental de cada povo e de cada pessoa à vida.” *Caritas in Veritate* (2009).

E denuncia as disparidades socioeconômicas:

“A dignidade da pessoa e as exigências da justiça requerem, sobretudo hoje, que as opções econômicas não façam aumentar, de forma excessiva e moralmente inaceitável, as diferenças de riqueza e que se continue a perseguir como prioritário os objetivos do acesso ao trabalho para todos, ou da sua manutenção. [...]O aumento sistemático das desigualdades entre grupos sociais no interior de um mesmo país e entre as populações dos diversos países, ou seja, o aumento maciço da pobreza em sentido relativo, tende não só a minar a coesão social — e, por este caminho, põe em risco a democracia”. *Caritas in Veritate* (2009).

Bento XVI aponta também para o perfil das grandes empresas e o que julga prejudicial para o estabelecimento de um real desenvolvimento:

“As atuais dinâmicas econômicas internacionais, caracterizadas por graves desvios e disfunções, requerem profundas mudanças inclusivamente no modo de conceber a empresa. Antigas modalidades da vida empresarial declinam, mas outras prometedoras se esboçam no horizonte. Um dos riscos maiores é, sem dúvida, que a empresa preste contas quase exclusivamente a quem nela investe, acabando assim por reduzir a sua valência social. Devido ao seu crescimento de dimensão e à necessidade de capitais sempre maiores, são cada vez menos as empresas que fazem referimento a um empresário estável que se sinta responsável não apenas a curto mas a longo prazo da vida e dos resultados da sua empresa, tal como diminui o número das que dependem de um único território”. *Caritas in Veritate* (2009).

Percebemos ainda para Bento XVI que a especulação deve ser combatida pois ele procura apenas o lucro imediato sem ter um planejamento sustentável a longo prazo. Pouco depois ele retoma a questão da função do Estado frente a economia:

“A economia integrada dos nossos dias não elimina a função dos Estados, antes obriga os governos a uma colaboração recíproca mais intensa. Razões de sabedoria e prudência sugerem que não se proclame depressa demais o fim do Estado; relativamente à solução da crise atual, a sua função parece destinada a crescer, readquirindo muitas das suas competências. Além disso, existem nações, cuja edificação ou reconstrução do Estado continua a ser um elemento-chave do seu desenvolvimento”. *Caritas in Veritate* (2009)

Vemos aqui que para o autor o Estado não deve deixar de existir pois participa como uma espécie de regulador para as relações sociais do capital e do desenvolvimento. Após isso ele irá deter-se sobre a questão da globalização:

“Sob o processo mais visível, há a realidade duma humanidade que se torna cada vez mais interligada; tal realidade é constituída por pessoas e povos, para quem o referido processo deve ser de utilidade e desenvolvimento[...]Não obstante algumas limitações estruturais, que não se hão-de negar nem absolutizar, « a globalização a priori não é boa nem má. Será aquilo que as pessoas fizerem dela”. *Caritas in Veritate* (2009).

E sobre o novo perfil das empresas que tem espaços voltados ao desenvolvimento social na globalização afirma-se que: “Não se trata apenas de um « terceiro sector », mas de

uma nova e ampla realidade complexa, que envolve o privado e o público e que não exclui o lucro, mas considera-o como instrumento para realizar finalidades humanas e sociais.” *Caritas in Veritate* (2009). Após esta breve discussão sobre a globalização e da postura das empresas, este Papa estará se detendo no ponto do meio ambiente. Como veremos a seguir, a Igreja se pronuncia favoravelmente a procura de pesquisas sobre novas fontes alternativas de energia e que se procure distribuir de forma equitativa entre as nações:

“Hoje, as questões relacionadas com o cuidado e a preservação do ambiente devem ter na devida consideração as problemáticas energéticas. De fato, o açambarcamento dos recursos energéticos não renováveis por parte de alguns Estados, grupos de poder e empresas constitui um grave impedimento para o desenvolvimento dos países pobres. Estes não têm os meios econômicos para chegar às fontes energéticas não renováveis que existem, nem para financiar a pesquisa de fontes novas e alternativas. E aqui ele denuncia uma face da produção energética: A monopolização dos recursos naturais, que em muitos casos se encontram precisamente nos países pobres, gera exploração e freqüentes conflitos entre as nações e dentro das mesmas. E muitas vezes estes conflitos são travados precisamente no território de tais países, com um pesado balanço em termos de mortes, destruições e maior degradação. A comunidade internacional tem o imperioso dever de encontrar as vias institucionais para regular a exploração dos recursos não renováveis, com a participação também dos países pobres, de modo a planificar em conjunto o futuro.” *Caritas in Veritate* (2009).

E prossegue no item 51:

“A natureza, especialmente no nosso tempo, está tão integrada nas dinâmicas sociais e culturais que quase já não constitui uma variável independente. A desertificação e a penúria produtiva de algumas áreas agrícolas são fruto também do empobrecimento das populações que as habitam e do seu atraso. Incentivando o desenvolvimento econômico e cultural daquelas populações, tutela-se também a natureza. Além disso, quantos recursos naturais são devastados pela guerra! A paz dos povos e entre os povos permitiria também uma maior preservação da natureza. O açambarcamento dos recursos, especialmente da água, pode provocar graves conflitos entre as populações envolvidas. Um acordo pacífico sobre o uso dos recursos pode salvar a natureza e, simultaneamente, o bem-estar das sociedades interessadas”. *Caritas in Veritate* (2009).

E acaba por delimitar o papel da igreja frente a esta questão: “A Igreja sente o seu peso de responsabilidade pela criação e deve fazer valer esta responsabilidade também em público. Ao fazê-lo, não tem apenas de defender a terra, a água e o ar como dons da criação que pertencem a todos, mas deve, sobretudo proteger o homem da destruição de si mesmo”. (*Caritas in Veritate* - 2009). Após colocarmos em pauta a encíclica do Papa Bento XVI julgamos interessante fazermos uma análise mais apurada da *A Populorum Progressio* (1967). Esta carta começa descrevendo o colonialismo em relação ao desenvolvimento das nações. Tece uma crítica à realidade da economia moderna que ao invés de atenuar as disparidades

com o seu mecanismo facilita o agravamento dos problemas destas nações colonizadas. Fala sobre a industrialização e de que a abertura dos países para ela não significou a inserção real na economia moderna. Acaba por colocar a idéia de que a Igreja não deve simplesmente misturar-se as políticas dos Estados porem não pode deixar de mostrar sua opinião que começa logo nas páginas seguintes aonde coloca: “o desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento econômico. Para ser autentico deve ser integral, quer dizer, promover todos os homens e o homem todo”. *Populurum Progressio* (1967). Levanta uma questão sobre crescimento ambivalente aonde demonstra que a busca exclusiva do ter isto e, do ter como fim ultimo acaba por desunir grupos que muitas vezes ao inicio de algo estão juntos para este determinado fim. Também coloca o que seria o ideal a realizar colocando em tópico, pontos que julga importantes para a discussão na economia moderna:

“Menos humanas: as carências materiais dos que são privados do mínimo vital, e as carências mortais dos que são mutilados pelo egoísmo. Menos humanas: as estruturas opressivas, que provenham dos abusos da posse ou do poder, da exploração dos trabalhadores ou da injustiça das transações. Mais humanas: a passagem da miséria à posse do necessário, a vitória sobre os flagelos sociais, o alargamento dos conhecimentos, a aquisição da cultura. Mais humanas também: a consideração crescente da dignidade dos outros, a orientação para o espírito de pobreza: a cooperação no bem comum a vontade da paz”. *Populurum Progressio*(1967).

Cita Ambrosio, que a propriedade privada não deve exceder ao bem comum. Para ilustrar isto diz:” aos seres generosos para com o pobre da aquilo que lhe pertence”. *Populurum Progressio* (1967). Ainda num outro tópico acaba por demonstrar que aquilo que se torna obstáculo a coletividade deve ser expropriado, como exemplo coloca a questão de divisas que muitas vezes são colocadas para fora dos pais não dando apoio ao desenvolvimento da pátria de origem deste dinheiro. Já adiante coloca em pauta a industrialização falando que ela é uma demonstração do poder investigativo do homem, trazendo também senso de prudência e responsabilidade. Porem já no próximo tópico coloca que o liberalismo tornou-se sem freio na sua busca pelo lucro e que tornou-se uma ditadura. Lembrou mais uma vez que a economia deve estar a serviço do homem. Sobre o trabalho temos: “Debruçado sobre uma matéria que lhe resiste, o trabalhador, imprime-lhe o seu cunho enquanto para si adquire, tenacidade, engenho e espírito de invenção”. *Populurum Progressio* (1967). E continua colocando sobre a ambivalência do trabalho, pois se ele é um meio para atingir o lucro e o poder, também cria senso de dever. Porem também coloca que este se torna desumanizado quanto mais científico e controlado for este trabalho o escravizando. Questiona

ainda problemas que podem ser causados por uma reforma agrária e industrialização sem planejamento, o que segundo o autor trariam novos problemas sociais. Também coloca em pauta as revoluções colocando que:” nunca se pode combater o mal real a uma custa de uma crença maior” (*Populurum Progressio* - 1967).

Já nas paginas seguintes a *Populurum Progressio* (1967) colocará o dever dos poderes públicos, isto é o dever junto a população o qual acabamos por perceber que segundo o autor faz-se mister que se planifique, que se coloque metas para o desenvolvimento da população. Porem segundo o mesmo autor é preciso se resguardar a liberdade e não transformar a população numa simples coletividade. Volta a reafirmar o principio de que a economia deve estar a serviço do homem. Começa a segunda parte da carta colocando sobre o dever das nações mais ricas para o desenvolvimento social nas nações mais pobres. Coloca em pauta a discussão sobre o fim da fome e da miséria. Porem como coloca não basta apenas erradicar a fome ou a miséria, faz-se mister uma busca de que as sociedades possam desenvolver-se por si. Coloca também que não podem ser simples auxílios isolados e sim que deve-se ter programas e como exemplos cita a FAO e de como é necessário um grande fundo mundial.

Em pauta também entra o dialogo entre as nações, pois se é pedido que nações ajudem outras e preciso colocar que isso deve ser planejado com garantias aos dois lados porem sem que isto signifique o detrimento de estruturas sociais para os menos desenvolvidos. As garantias também devem ser dadas pelos ajudados pois como é colocado não se trata de ajudar a “preguiçosos e parasitas”. Tece uma nova critica ao liberalismo ao discutir as transações entre matérias-primas e produtos industrializados. Enquanto os primeiros oscilam por vários fatores outros os segundos encontram um mercado satisfatório. E afirma que: “A regra da simples troca já não pode, por si mesma reger as relações internacionais” (*Populurum Progressio* - 1967). Coloca como ponto positivo as convenções internacionais, pois segundo o autor se o que se busca é uma maior igualdade entre nações e preciso que seja igual desde o momento do dialogo nas negociações. Coloca questões relacionadas a emigração. Coloca o autor que o imigrante deve ser acolhido e respeitado, tendo em vista que ele vem para produzir e economizar. Coloca que este deve ter acesso a cultura e a ciência. Também condena o racismo em ambos os lados tanto das nações mais novas como das nações mais antigas. Convida aquele que são de países desenvolvidos e moram em países subdesenvolvidos para que estes participem ativamente na melhoria da qualidade de vida destas populações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como percebemos ao longo desta análise, se a Igreja Católica expressa ter um direito interno que supostamente serviria a princípio somente aos participantes da Igreja, podemos perceber que vários dos seus agentes internos não deixaram de externar opiniões em relação as políticas econômicas adotadas pelos Estados ao longo dos séculos. É inegável também a importância de que a discussão entre a Igreja Católica e os Estados trouxe à tona uma série de questões relacionadas aos direitos trabalhistas, salário e propriedade privada, o que prova mais uma vez que a Igreja Católica é uma instituição mais que empenhada numa síntese do sagrado e do profano, o que na análise da economia esperamos ter contribuído para essa percepção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTO XVI. **Carta Encíclica Caritas in Veritate**. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20090629_caritas-in-veritate_po.html>.

MEINVIELLE, Julio. **CONCEPÇÃO CATÓLICA DA ECONOMIA**. 1936. Disponível em: <http://www.juliomeinvielle.org/libros/Concepcion_catolica_economia/Concepcion_catolica_economia.pdf>.

JOÃO PAULO II. **Carta encíclica Laborem Exercens**. São Paulo: Editora Vozes, 1981.

LEÃO XIII. **Carta Encíclica Rerum Novarum**. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html>.

PAULO VI. **Documentos pontifícios (Octagésima adveniens) nº180**. 2ª edição. São Paulo: Editora Vozes, 1971.

PAULO VI. **Populurum Progressio**. 13ª edição. São Paulo: Editora Vozes, 1967.

PIO XI. **Quadragesimo Anno**. São Paulo: Editora Vozes, 1962.

SALGADO, Plínio. **Espírito da burguesia**. Lisboa: Editorial Guanymbi, 1951.

SÍNODO DOS BISPOS: São Paulo - Editora Vozes, 1972.

MADALENO, Aurora. **Breve Introdução ao estudo das Leis canônicas**. 2013.

Código de Direito canônico. Editorial Apostolado da Oração.1983

Catecismo da Igreja Católica. Libreria Editrice Vaticana. 2005.

FRANCA, Leonel. **Relações entre a Igreja e o Estado**. 2009. Disponível em:
[http://www.obrascaticas.com/livros/Apologetica/Relaes_entre_Igreja_e_Estado -
_Pe_Leonel_Franca_SJ.pdf](http://www.obrascaticas.com/livros/Apologetica/Relaes_entre_Igreja_e_Estado_-_Pe_Leonel_Franca_SJ.pdf)